

SARAIVA, Antonio José & LOPES, Óscar. *História da Literatura Portuguesa*. 15ª ed. Porto: Porto Editora, 1989, p. 169-187

3ª Época

Renascimento e Maneirismo

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Aspectos sociais. — Do final do século XV a meados do XVI os principais países do Ocidente da Europa, seguindo a Itália, que se antecipara pelo menos de um século, entram decisivamente na fase da sociedade mercantil, que assim vem engrenar-se em estruturas agrárias e políticas feudais.

A indústria desenvolve-se para além dos quadros corporativos das cidades, e em certos ramos os artesãos passam a trabalhar por conta de capitalistas empresários. Há um surto de invenções e melhoramentos técnicos, favorecidos pela procura crescente de mercadorias. Os senhores feudais apropriam-se tanto quanto podem de terras comunais, reduzindo muitos servos ou colonos a assalariados e produzindo para o mercado. O aumento do volume de trocas, implicando o da circulação monetária, traz como resultado a procura de ouro, prata e outras mercadorias preciosas. Intensifica-se o trabalho mineiro e buscam-se minas, quer dentro quer fora da Europa. O descobrimento da prata na América e o do caminho marítimo para a Índia vêm ao encontro desta necessidade de acréscimo dos meios de troca, e provocam uma alta de preços, ruínosa para os que apenas vivem de foros e serviços feudais.

Tornam-se possíveis grandes acumulações de capital e operações bancárias à escala de toda a Europa e respectivos interesses ultramarinos. Formam-se grandes casas financeiras, como os Fugger e os Welser. Descobrem-se meios de drenagem de capitais, como o empréstimo público.

Estas diversas formas de concentração e mobilização dos meios monetários servem de base aos grandes estados nacionais e até supranacionais, como o reino de França, o império de Carlos V (dependente da casa Fugger e das minas de prata) e o império português (dependente do ouro da Mina e da pimenta). Os monarcas, recorrendo largamente ao empréstimo, consumindo em massa material de guerra, onde já então figurava a artilharia, oferecendo garantias de diversa ordem, estimulam fortemente o crescimento do capitalismo mercantil. Por vezes a realeza favorece a burguesia mercante; outras vezes, ajudada pela

concentração do poder económico e político, actua como vértice de uma aristocracia militar e administrativa, na sua maior parte oriunda da aristocracia agrária.

Os bens feudais da Igreja dão origem a constantes conflitos entre a Igreja e os príncipes, que tendem a chamar a si, no todo ou em parte, o poder religioso e os bens eclesiásticos, quer separando-se de Roma, como Henrique VIII de Inglaterra, quer arrancando-lhe, como o rei de França, concessões importantes.

Com o incremento do volume da produção, sob o estímulo do comércio europeu e intercontinental, acelera-se o ritmo de desenvolvimento de algumas cidades, especialmente no Reno, no Báltico e na Flandres. A burguesia industrial e comercial destas cidades resiste às tentativas de dominação empreendidas por Carlos V e por outros príncipes. Ao mesmo tempo, o aumento da exploração agrícola, em que se lançam alguns senhores feudais, agrava a situação dos camponeses e provoca insurreições como a de 1525 na Alemanha.

Estas circunstâncias facilitaram a propagação da heresia religiosa desencadeada pelo protesto de Lutero contra a venda de indulgências, em 1517. Os escritos de Lutero e outros protestantes tornaram-se rapidamente conhecidos, graças à recente invenção da imprensa. A burguesia das cidades, desejosa de se libertar da tutela eclesiástica, apoiou, em grande parte, o movimento. O mesmo fizeram os príncipes alemães, que cobiçavam os bens feudais da Igreja. Massas de camponeses, artesãos e assalariados das cidades insurreccionavam-se em nome do Evangelho contra a complexa formação social — senhorial e mercantil — que os oprimia.

A Igreja atravessa então um momento difícil. O rei de Inglaterra separa-se do Papa; o de França toma uma atitude ambígua; e mesmo os príncipes favoráveis ao Papa desacatam a Santa Sé, como Carlos V, cujo exército em 1527 saqueia Roma. Este famoso *sacco di Roma*, que mesmo certos católicos interpretaram como castigo divino das intrigas temporais da Cúria romana, revelou até que ponto a religião se sujeitara a interesses dinásticos e, em geral, políticos e sociais.

A necessidade duma reforma religiosa é geralmente admitida, até por alguns cardeais. Encontra grande favor uma corrente que, sem pôr em discussão a autoridade do Papa, preconiza a emenda dos abusos e a interiorização do sentimento religioso. Essa corrente, que tem o seu intérprete máximo em Erasmo de Roterdão, chegou a aparecer como um compromisso possível entre Luteros e «Papistas».

Após uma época de anarquia e de indecisão, define-se a nova fisionomia política e religiosa da Europa. No concílio de Trento (1545-1563) cortam-se as pontes entre os dois fragmentos da antiga cristandade: a Península Ibérica torna-se o mais forte baluarte do mundo católico; as cidades do Reno, do Báltico e do mar do Norte, o eixo do mundo protestante. A França está dividida entre um e outro. No fragmento católico desenvolve-se uma reacção conhecida pelo nome de «Contra-Reforma», que consiste, sob seu aspecto negativo, numa repressão

por meios coactivos de todas as manifestações culturais suspeitas de heterodoxia, incluindo manifestações toleradas durante épocas anteriores; e sob o aspecto positivo numa tentativa de restauração da Escolástica, e no desenvolvimento de formas exteriores de devoção. A Inquisição (romana, espanhola e portuguesa) torna-se o principal instrumento de repressão ideológica. À Companhia de Jesus cabe o papel principal na difusão do novo catolicismo «tridentino». No mundo protestante, as condições foram, em geral, mais favoráveis à expansão da ciência, assim como à difusão de uma cultura laica.

As duas mentalidades afrontar-se-ão nas guerras com que Filipe II tenta submeter a Inglaterra e as cidades da Flandres e Países Baixos. O império espanhol, abrangendo, além da Espanha, Portugal, domínios nas Índias Ocidentais, o Brasil, grande parte da Itália, etc., funcionará em benefício de uma aristocracia de sangue, servida por uma poderosa organização militar e que possui, além da maior parte da terra em Espanha, postos dominantes no comércio colonial e os saques e tributos de guerra ou domínio. A defesa da fé católica é o pretexto mais frequentemente invocado por esta aristocracia feudal para as guerras no exterior e as confiscações ou perseguições no interior. Em contraste, os Países Baixos aparecem como uma federação de cidades burguesas invocando princípios que mais tarde se diriam democráticos, como o direito ao autogoverno e à liberdade de crença.

Em Portugal. — Acentua-se, após a descoberta do caminho marítimo para a Índia, o processo de concentração do poder político e económico sob a chefia do rei, iniciado com as campanhas do Norte de África e a exploração do ouro da Mina. A exploração económica do ultramar faz-se grandemente em regime de monopólio da Coroa. Apesar dos progressos da burguesia rural e comercial desde o séc. XIV, ela não conseguiu evitar que as novas expansões económicas fossem na maior parte absorvidas como renda feudal, sob formas variadas (rendas da colonização insular e brasileira, monopólios dos «resgates» e «tratos» ultramarinos, monopólios de produção interna sujeita a direitos «banais», e, finalmente, administração da Coroa a favor duma oligarquia), o que dificultou a acumulação do capital propriamente dito e seu posterior investimento na agricultura e, em geral, na produção interna.

Esta espécie de monopólio comercial ultramarino a favor da nobreza palaciana encontra dificuldades crescentes, não só por vícios internos do seu funcionamento, mas também porque os ataques vindos do exterior — de Holandeses, Franceses, Ingleses, aliados por vezes no Oriente a populações locais — dificultam cada vez mais o domínio militar das estradas e feitorias. O sistema entra em crise por meados do século XVI. D. João III é obrigado a evacuar algumas praças marroquinas. Realizam-se tentativas para descobrir novas minas de ouro ou prata na América e na África, mas volta-se depois ao projecto da guerra africana, tendo em mira a ocupação do reino de Fez. O desastre de

Alcácer Quibir vem agravar a bancarrota económica com o colapso militar e político. A união com Castela apareceu finalmente à maior parte da camada dirigente como uma saída. E, assim, a Coroa portuguesa integra-se, desde 1580, no sistema de hegemonia espanhola, que se mantém até finais da Guerra dos Trinta Anos, cerca de meados do século XVII, como uma extensa coligação de coroas, distintas mas acumuladas sobre a mesma cabeça imperial ou ligadas entre si pela consanguinidade dos monarcas Habsburgos.

No entanto, mesmo dentro de Portugal e Espanha, a burguesia mercantil não cessava de progredir, desafiando o monopólio do Estado e o poder da nobreza. Pouco a pouco domina a praça de Lisboa e o comércio entre o ultramar e a Europa. Grande parte destes homens de negócios descende dos judeus convertidos à força em 1496 e efectivamente assimilados. Daqui tiram pretexto os círculos dirigentes para instituir a Inquisição (1536), aparentemente dirigida contra a prática clandestina do judaísmo. Graças ao Santo Ofício, estabeleceu-se a discriminação contra os «Cristãos-Novos», verdadeiros ou supostos descendentes dos Judeus, que eram grande parte dos «homens de negócios», e tentou-se impedir o acesso deles a postos de direcção no Estado, na Igreja e até na Universidade; ao mesmo tempo que, através do fisco inquisitorial, se expropriava uma parte dos seus bens. Esta perseguição foi, no entanto, ineficaz, e teve, entre outros resultados, o de que muitos cristãos-novos emigraram e constituíram uma rede internacional com núcleos na Holanda, na França, na Inglaterra, no Brasil, no Peru, na África e na Índia, pelas malhas da qual passava uma grande parte do comércio mundial. Através destas relações, a burguesia mercantil portuguesa tende a ganhar um carácter fortemente cosmopolita.

ASPECTOS CULTURAIS:

RENASCIMENTO, HUMANISMO E CLASSICISMO

O desenvolvimento do comércio, das actividades industriais e das cidades relaciona-se com o grande movimento que se designa pela palavra *Renascimento* em sentido lato. A velha cultura clerical não consegue satisfazer as novas necessidades e aspirações culturais. E alguns grandes acontecimentos, aparentemente súbitos, mas na realidade preparados por um longo processo económico e social, transformam rapidamente o horizonte mental dos grupos sociais mais dinâmicos.

A descoberta da tipografia em meados do século XV é estimulada pela existência de um público em crescimento, para o qual já não bastava a reprodução manuscrita do livro. Mas essa invenção, de alcance a princípio insuspeito, além de mostrar à evidência as possibilidades da técnica, acelerou prodigiosamente a difusão das ideias e das notícias, e constituiu-se em poderoso factor de transformação ideológica.

O descobrimento do caminho marítimo para a Índia e o da América — ambos rapidamente divulgados pela imprensa — assim como o encontro de civilizações desconhecidas, como a chinesa, modificam as concepções multisseculares do Europeu acerca do planeta, dos costumes e das crenças.

Outras invenções e aperfeiçoamentos técnicos, como a artilharia, os novos processos de exploração de minas, etc., mostram de forma flagrante as possibilidades de domínio da natureza, abrindo caminhos para a ciência matemática e experimental, que será um facto no final do século XVI com os trabalhos de Galileu.

Não surpreende por isso que aqui e além, sobretudo antes de se desencadear e depois de terminarem as lutas religiosas que ensanguentaram os meados do séc. XVI, principie a esboçar-se um moderno ideal de sociedade, sob a forma, por exemplo, de uma distante cidade quimérica e racionalizada, sem tribunais nem violência — a *Utopia* (1516) de Tomás Morus (a que se seguiram, mais tarde, a *Cidade do Sol*, escrita em 1602 na prisão por Campanella, e a *Nova Atlântida*, 1627, de Francisco Bacon).

É neste contexto que se torna possível uma assimilação muito mais ampla da cultura greco-latina. Embora alguns autores latinos não fossem ignorados antes do século XV (especialmente Séneca, Cícero e Ovídio) e muitos lugares-comuns literários da Antiguidade tivessem feito caminho até à literatura cortês através das obras do clero medieval, certas facetas da cultura clássica eram inassimiláveis pelo mundo feudal e agrário. O desenvolvimento da sociedade mercantil e de toda uma cultura ligada à sua experiência põe em causa a síntese doutrinária lentamente elaborada pelo clero das universidades nos séculos imediatamente anteriores, e um dos efeitos desta situação é o alargamento da curiosidade a outros aspectos do património cultural antigo em que, contrariamente à Escolástica, se dignificassem as actividades civis, o saber prático ou especulativo sem directrizes teológicas, o lucro e a operosidade mercantil, a inteligência e até o corpo humano, a vida terrena. Pouco a pouco, o esquema teológico da Criação, Queda e Redenção serve de modelo a este outro: Luzes greco-romanas, Trevas «góticas» e monacais, Renascer da cultura antiga. Daqui a designação de *Renascimento*, que aliás só mais tarde se começou a usar explicitamente em relação ao *Quattrocento* (séc. XV italiano) e a uma parte (cuja demarcação é problemática) do séc. XVI europeu. Os quatrocentistas italianos ainda não atacam a Escolástica de frente: encarecem apenas o magistério literário dos clássicos antigos, e apuram novos métodos histórico-filológicos que permitam a sua fiel recuperação.

Os promotores deste movimento são os Humanistas, letrados cuja actividade se exerce geralmente fora da hierarquia clerical, e que constituem um grupo cada vez mais numeroso. Alguns gozam de sinecuras eclesiásticas ou seculares, outros exercem funções diplomáticas e de chancelaria, muitos são pedagogos leccionando em colégios ou casas senhoriais e burguesas. A palavra *humanismo*

com que se designou este movimento, inspirada pelo conceito de *humanitas* (o da *humanidade*, ou *qualidade humana*, como cultura e estrutura moral) de Cícero, exprime a crença num conjunto de valores morais e estéticos universalmente humanos, os quais se achariam definidos tanto nas Escrituras e na Patrística como na cultura profana da Antiguidade.

Já Petrarca, herdeiro da poesia provençal, coroado no Capitólio (1341), como príncipe dos poetas, à maneira romana, viaja incansavelmente em busca de códices latinos. Boccaccio (1313-1375), Poggio (1380-1459), Alberti (1404-1472) e outros letrados italianos descobrem e dão a conhecer textos ignorados de Tácito, Cícero, Quintiliano, Tito Lívio. Prelados bizantinos fixados em Itália por ocasião dos concílios quatrocentistas, como Bessarião, Crisoloras, Gemisto Pletão; outros intelectuais de Bizâncio, posteriormente fugidos aos Turcos, como Andronico Calisto, Argiropolos, Gaza; eruditos italianos, como Filelfo e Lourenço Valla (1405-1457), criador da filologia clássica, contribuem para a revelação da língua e da literatura helénicas, quase completamente ignoradas no Ocidente medieval.

Os primeiros focos desta cultura «renascida» situam-se em Florença, onde Cosme de Médicis, por influência do neoplatónico Marsílio Ficino, funda a célebre Academia Platónica, frequentada por Pico della Mirandola, Leão-Baptista Alberti e outros; em Roma (depois do regresso dos papas de Avinhão, onde se distinguiram Pompónio, Lourenço Valla, o historiador Biondo, Bessarião e Eneias Sívio Piccolomini, que veio a ser o papa Pio II); em Nápoles, sob o domínio dos reis de Aragão; e ainda nas cortes dos burgueses ou dos *condottieri* que dominam Milão, Ferrara, Mântua, Rimini, etc.

Por inícios do século XVI, e sobretudo por 1520-1530, o movimento humanista (italiano) transpõe os Alpes. Entretanto os seus próprios progressos de segurança erudita e a crise religiosa criam condições para uma atitude mais ofensiva. Os métodos de crítica histórico-filológica aplicam-se às Escrituras e à Patrística, nos seus textos originais hebraicos, gregos e latinos, com o mesmo à-vontade com que tinham versado autores profanos. Os humanistas arrostando então com a resistência das velhas universidades, e especialmente das Faculdades de Teologia. Em Paris, os Humanistas, em luta com a Sorbona, levam Francisco I a fundar o Collège Royal (1530), onde se ensinam, além do Latim, o Grego e o Hebraico, e que conta entre os seus mestres o grande helenista Guilherme Budé. Em Espanha, o Humanismo consegue penetrar na Universidade de Salamanca e inspira a fundação pelo cardeal Cisneros da Universidade de Alcalá de Henares (1508), que tem entre os seus mestres o grande filólogo António de Nebrija. Foi nesta universidade que se preparou e editou em 1571 a Bíblia poliglota (em latim, grego e hebraico). Em Lovaina funda-se o Colégio Trilingue, onde ensina Juan Luís Vives. Em Vitemberga distingue-se Melancton. Outras cidades ainda, como Erfurte e Basileia, tornam-se focos do Humanismo.

A difusão da cultura clássica é favorecida pelos novos meios técnicos de produção do livro. Entre outros, Aldo Manúcio, de Veneza, lança-se, em 1493,

numa vasta empresa de edição dos clássicos greco-latinos e das obras de exegese dos Humanistas, precursoras da Reforma.

Os humanistas de 1520-30 atacam directamente a Escolástica. Sob o ponto de vista pedagógico, o seu ideal é a realização harmoniosa das faculdades morais e estéticas do indivíduo, ideal que já inspirara a escola de Vitorino de Feltre em Mântua (1378-1448) e que é conservado e difundido por Juan Luís Vives, Melancton, Guilherme Budé, António de Nebrija, Erasmo, e outros. Em lugar da dialéctica e da retórica formalistas e disputadoras, propunham a leitura e o comentário dos textos de autores clássicos, visando a apreender, pela crítica filológica e histórica, o seu significado preciso. Às matérias tradicionais acrescentavam outras, como a História e (progresso decisivo) as obras dos autores científicos da Antiguidade.

Sob o ponto de vista filosófico, os humanistas combatem o aristotelismo escolástico; muitos voltam-se para Platão e para os filósofos neoplatónicos (especialmente Plotino), facilmente conciliáveis com o Cristianismo (cuja teologia foi estruturada pelos neoplatónicos), e que autorizam uma religiosidade interiorizante, seguindo assim no encaço da Academia Platónica de Florença, já mencionada, cujos membros, especialmente Marsílio Ficino e Pico della Mirandola, se distinguem por traduções e pela interpretação em sentido místico e cristão do platonismo. Outros renovam o aristotelismo, quer seguindo a corrente panteísta e materialista de Averróis (averroísmo de Pádua, século XV e início do XVI), defendido por Pomponácio (1462-1542) de acordo com o comentador grego Alexandre de Afrodisias; quer tentando a harmonização do aristotelismo e do platonismo, como Bessarião em Roma e Ermolao Bárbaro em Veneza.

Em matéria religiosa, muitos humanistas (em regra, os mais próximos da Reforma) preconizam o regresso a um cristianismo primitivo, enquanto outros, como Erasmo, vivem uma fé autorizada pelas Escrituras mas aberta a um progresso exegético permanente. Todos concordam, todavia, em descartar-se da dialéctica elocubratória e anistórica das Escolas medievais, condenam as exterioridades formalistas do culto, o excesso da tutela clerical sobre os leigos mesmo mais cultos e exemplares, o monaquismo ocioso, a insinceridade ritualista e a suficiência doutoral. Encontram-se frequentemente em contradição com a doutrina oficial da Igreja, nas fronteiras da heresia. Já Lourenço Valla demonstrara a apocrifia do famoso texto de doação ao Papa da cidade de Roma pelo imperador Constantino. Erasmo, coleccionando, comparando e traduzindo diversos textos gregos da Bíblia, é levado a pôr em dúvida certas interpretações e até certos dogmas tradicionais. Alguns humanistas, como Melancton, Lefèvre d'Étaples, Reuchlin, aderem à Reforma; outros, como o próprio Erasmo, hesitam muito tempo entre ela e a ortodoxia romana. Outros ainda, como o cardeal Sadoletto, inclinam-se para uma reforma dentro da Igreja Romana.

Enfim, sob o ponto de vista social, os Humanistas advogam a escolha dos dirigentes segundo o saber e a capacidade, condenam a guerra e abeiram-se por

vezes do ideal moderno de tolerância, preconizando, nomeadamente, uma solução pacífica (irenismo) dos dissídios entre cristãos: o Cristianismo consistiria numa fé íntima e vivida, mais do que em teorias ou ritos, então fanaticamente discutidos.

Muitos humanistas, dependentes de sinecuras eclesiásticas ou palacianas, procuram evitar as polémicas arriscadas e inúteis, canalizando os seus entusiasmos para a simples ressurreição do mais puro classicismo estilístico em latim ou grego. É uma nova aristocracia intelectual que assim se forma, abroquelada atrás do privilégio de um saber difícil, com expressão em línguas mortas, que exige talento e ócio, varrendo a bárbara terminologia escolástica, substituindo a subtilidade lógica pela elegância verbal. Esta tendência generalizou-se, à medida que a repressão instaurada pela Contra-Reforma tornou perigosas todas as manifestações de audácia e de iniciativa mental. O Humanismo letrado (já não tanto o pré-científico) cortou por fim o contacto com as forças e aspirações a que devia quer a existência quer o próprio nome, convertendo-se numa erudição formalista.

Pela sua vida e pelas suas obras, o mais típico representante dos Humanistas é Desidério Erasmo, de Roterdão, recebido, solicitado e recompensado pelos mais poderosos soberanos do tempo (Carlos V, Leão X, Paulo III, Henrique VIII, Francisco I, D. João III), que viaja através da Europa e afirma ostensivamente o seu cosmopolitismo, cartearando-se em latim, única língua que utiliza, com correspondentes de todas as nacionalidades. Procurou manter-se fora das lutas religiosas, apesar de solicitado pelo Papa e por Lutero; mas, pelas suas edições e exegese bíblicas, pela denúncia da corrupção eclesiástica, pela crítica da Escolástica, pela campanha contra o ritualismo, criou uma corrente religiosa reformista que chegou a ter numerosos e influentes adeptos.

O esforço dos Humanistas para criar uma religião, uma filosofia, uma moral e uma pedagogia que substituíssem as do mundo feudal não consegue todavia integrar todas as tendências que se manifestam no Renascimento. Com a sua erudição livresca, sem abertura para a actividade produtiva, o humanista não realiza a síntese entre a ciência teórica da Antiguidade e as realizações técnicas dos «práticos» como Bernardo de Palissy (*Recette véritable*, 1563). Não encontra resposta para certos problemas religiosos e morais postos pela descoberta de novas civilizações, problemas que dão argumentos ao cepticismo filosófico de Montaigne e outros. Deixa de fora, igualmente, o desiderato da laicização do Estado, a que Maquiavel responde colocando este acima da moral religiosa (*O Príncipe*, 1516). Enfim, não cabem dentro do Humanismo certas formas extremas de esteticismo e individualismo, representadas por personalidades como Celini, Aretino, Miguel Ângelo, para quem a realização pessoal e o culto da beleza estão acima de quaisquer normas religiosas ou morais. Esta última tendência é muito característica de algumas cortes italianas do Renascimento, especialmente a pontificia, e da corte de Francisco I de França.

O Humanismo adoptou como modelos as regras, os géneros, as formas métricas, os recursos estilísticos, a disciplina gramatical dos antigos autores

gregos e romanos. Não cabe considerar-se aqui o uso das línguas literárias clássicas, que pôs os seus próprios problemas de adaptação vocabular e fonética, então muito debatidos. Problemas ainda mais graves punha-os a adaptação das línguas modernas ao estilo antigo. As normas literárias prescritas pela *Poética* de Aristóteles, pela *Arte Poética* de Horácio, pelos preceitos retóricos de Cícero, Quintiliano e Plínio, o Moço, só limitadamente poderiam aproveitar aos escritores quatrocentistas e quinhentistas, de mentalidade diferente (embora nem sempre tendo consciência disso) e embaraçados por um meio linguístico também diferente, que não permitia, por exemplo, a versificação antiga.

Os escritores do «Quattrocento» italiano deram início aos esforços em tal sentido, realizando as primeiras sínteses entre a tradição literária nacional e os modelos «clássicos», os modelos por excelência, os da Antiguidade. O classicismo de inícios do século XVI consistiu, por isso, numa latinização directa, ou por via dos latinizantes italianos, das diversas literaturas nacionais, quase sempre feita com o desequilíbrio, o exagero de todas as inovações. Foi o que aconteceu com o grupo francês da «Pléiade». O manifesto desta escola, *Défense et Illustration de la Langue Française*, redigido em 1549 por Joachin du Bellay, só concebe o enriquecimento do idioma nacional através da imitação sistemática, ou, segundo uma metáfora militar característica, a «pilhagem» dos clássicos antigos, e através do virtuosismo formal. As guerras de Itália, as lutas entre a Casa de França e a Casa de Áustria colocam as aristocracias francesa e espanhola em contacto com o Renascimento italiano e precipitam a italianização maior ou menor das principais literaturas europeias, sobretudo a partir de fins do primeiro quartel do século XVI, embora, como vimos, o terreno já estivesse preparado muito antes.

A adopção dos géneros literários, de certas formas métricas de tradição greco-romana ou quatrocentista italiana, bem como de referências culturais (como a mitologia), manter-se-á predominante até ao séc. XIX, apesar de certas oscilações a que atenderemos, e isso deu origem ao uso do termo «classicismo» como nome genérico de toda a literatura compreendida entre a Idade Média e o Romantismo. Todavia assistimos, no decorrer destes três séculos, a importantes alterações no teor de vida, na ideologia e nas formas patentes de sensibilidade artística e literária, o que recomenda uma periodização diferente.

Deste modo, vingou entre muitos investigadores da história da arte e da literatura a tendência para restringir o uso do termo «classicismo». Mais especificamente, o Classicismo renascentista, ou Renascimento, tende a cobrir apenas o Quattrocento italiano e um período muito breve de início do séc. XVI europeu. Esse período, também designado como Alta Renascença, assinalar-se-ia pela fase mais expansiva e atrevida do Humanismo literário e crítico, pelo prestígio absorvente dos modelos clássicos greco-romanos, por uma concentração de meios artísticos que tem a sua expressão mais característica na rigidez geometrizar das leis da perspectiva cónica, numa pretensão de intemporalidade das alegorias

mitológicas, na busca de um equilíbrio sereno entre o ideal e o real, entre o espírito e a natureza.

A partir de cerca de 1520, avolumam-se os sinais de uma desagregação dos ideais estéticos do Alto Renascimento: a *maneira*, ou estilo, individual de um artista como Miguel Ângelo começa a ser mais apreciada pela sua carga de insatisfação espiritual do que pela apreensão, em perspectiva, em equilíbrio mecânico ou proporcionalidade anatómica, daquilo que haja de essencial e imanente a este mundo, tal como é característico de Leonardo da Vinci. Os motivos de atenção plástica ou poética despolarizam-se, criando tensões insolúveis e não raras vezes um sentimento chocante de irrealidade em torno de figuras ou objectos minuciosamente observados. A arte opõe-se à natureza comum, em vez de lhe procurar a essência. Admiram-se a sugestão de graça numa atitude improvável, as posições contorcidas como uma serpente ou uma língua de fogo ascensional (*figura serpentinada*), a insinuação do suspenso ou inconsumado; os próprios lugares-comuns clássicos ou petrarquistas da transitoriedade da vida e das contradições do sentimento requintam-se numa pungência mais subtil, num estilo torturado; o belo aparece às vezes contrapontado com o disforme; e o tom humoral mais característico é o de um pessimismo ora patético ora surdamente cerebral, ou o de um senso resignado e céptico de incompreensibilidade radical da vida.

Estas características típicas do período de entre 1520 e 1620, aproximadamente, são muitas vezes postas em relação directa ou indirecta com o recuo do Humanismo interventor, optimista e conciliatório perante o desencadeamento dos grandes conflitos religiosos, dinásticos e sociais, com a redução final desse Humanismo a simples erudição ou elegância de estilo, com a Contra-Reforma tridentina, com a generalizada repressão censória, com fracturas da integridade ética (por exemplo, o reconhecimento de uma razão de Estado alheia à moral corrente, que Maquiavel formulou em 1516 em *O Príncipe*); e, também, com uma crise de relações sociais e políticas agravada pelo surto do comércio transoceânico e que apenas no séc. XVII conduz a um novo sistema de equilíbrio. Surgirão então o absolutismo régio, a razão científica mecanicista, e um novo estilo, o Barroco, cuja pompa decorativa, cujo maior poder de integração organizando elementos anteriormente contraditórios (pitoresco sensorial e racionalidade, requinte e grotesco, aristocratismo e populismo, por exemplo) darão um novo sentido global a certas linhas de continuidade ou alternância renascentistas ou maneiristas.

Aspectos gerais do Renascimento em Portugal. — O desabrochar do Humanismo em Portugal realiza-se sob a égide da Coroa, sendo o Paço o principal foco da cultura literária.

D. Afonso V, educado por italianos — Estêvão de Nápoles e Mateus Pisano (que escreveu uma crónica latina da tomada de Ceuta) —, fez vir o humanista Justo Baldino para verter em latim os cronistas portugueses, e foi o mecenas

de Zurara. O humanista Cataldo Sículo instruiu D. João II e a sua roda de cortesãos. Muitos nobres e eclesiásticos vão então a Itália, especialmente a Florença, para assegurar uma boa carreira mediante o conhecimento de «letras mais humanas», preferindo como mestre o prestigioso Ângelo Policiano, que procurou acolher-se ao mecenato da corte portuguesa, tal como vários outros humanistas célebres de fins do séc. XV e inícios do séc. XVI, incluindo Erasmo.

D. Manuel parece ter sido o primeiro monarca a animar com pensões estes estudos no estrangeiro, que até então estavam principalmente a cargo dos institutos religiosos, e D. João III criou em 1527 cinquenta bolsas no célebre colégio universitário parisiense de Santa Bárbara. Alguns dos estudantes bolseiros tornaram-se celebridades europeias.

Contam-se entre eles Aires Barbosa, que introduziu os estudos helenísticos na Universidade de Salamanca, onde também professou Pedro Margalho; e Aquiles Estaço, um dos mais notáveis comentaristas filológicos dos textos clássicos. O Colégio de Santa Bárbara foi durante largos anos dirigido por portugueses. Salientam-se especialmente os Gouveias: Diogo de Gouveia, o Velho, importante personalidade da Sorbona, que é aliás um defensor zeloso da velha Escolástica; e os seus sobrinhos: António, que se celebrou numa polémica a favor de Aristóteles contra Pierre la Ramée e que ensinou em várias universidades francesas; Marcial, erasmista, que ensinou também em Poitiers; André, reformador dos estudos conimbricenses; Diogo de Gouveia, o Moço, que professou também em Coimbra.

São numerosos os letrados portugueses relacionados com os principais humanistas europeus, quer como discípulos, quer como protectores, quer simplesmente como amigos ou correspondentes; entre eles podemos distinguir André de Resende, precursor incriticado e algo falsário da arqueologia (*De Antiquitatibus Lusitaniae*, 1593), cuja *Oratio pro rostris*, na abertura das aulas da Universidade de Lisboa em 1534, se pode considerar o grito de guerra do Humanismo contra a Escolástica em Portugal; e Damião de Góis, de quem voltaremos a falar, e que era amigo, como o anterior, de Erasmo.

Sob os governos de D. Manuel e D. João III, verifica-se uma forte tendência para intensificação da cultura literária. Na época de D. Manuel torna-se obrigatório para os moços da corte o ensino da gramática. Imprimem-se cartilhas para aprender a ler (João de Barros, 1539, Frei João Soares, 1550). Muitos moços fazem a sua primeira aprendizagem literária na corte. É o caso de João de Barros e de Diogo do Couto. As próprias mulheres da aristocracia se mostram interessadas na cultura literária. Luísa Sigea parece ter estudado, não só latim e grego, mas hebraico, siríaco e aramaico. Esta e outras notabilidades femininas foram protegidas pela infanta D. Maria, filha de D. Manuel. Públia Hortênsia de Castro, menina-prodígio, doutorou-se aos dezassete anos de idade.

D. João III empreendeu uma reforma da Universidade pela qual procurou desenvolver, dentro dos velhos cursos de Artes, os estudos humanísticos; para

esse fim, transferiu-a para Coimbra e subordinou-a ao Mosteiro de Santa Cruz desta cidade, tendo previamente mandado vir professores do estrangeiro. Anos depois, após insistentes convites do rei, veio para Portugal André de Gouveia, humanista convicto, *principal* do Colégio da Guyenne (onde estudou Montaigne, que elogiou Gouveia como «le plus grand principal de France»). Em 1548 Gouveia e o seu grupo de professores, alguns notáveis — Jorge Buchanan, Nicolau Grouchy, Diogo de Teive, João da Costa e outros —, inauguraram em Coimbra o novo Colégio Real, directamente subordinado ao rei e completamente independente da Universidade. Desde o início se verificou um grande concurso de alunos vindos da nobreza.

A difusão da tipografia faz-se com relativa lentidão. Entre as primeiras impressões predominam as de livros em caracteres hebraicos, para uso da comunidade hebraica. O mais antigo livro cristão impresso em Portugal é, talvez, *O Sacramental* de Clemente Sanchez de Verceal (1487-1488), seguido de um *Tratado de Confissão*, 1489, ambos impressos em Chaves. Em 1494 imprime-se o primeiro livro em latim, o *Breviarum bracarense*, em Braga, numa oficina alemã. São alemães os primeiros tipógrafos. Entre os primeiros livros portugueses impressos, (8 antes de 1500) salientam-se traduções da *Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia (1495) e da *História de Vespasiano* (1496), romance de cavalaria, o *Almanach Perpetuum* de Abraão Zacuto, obra importante para a astrologia e para a navegação (1496), e ainda do *Livro de Marco Pólo* (1502). Anos depois, em 1516, a impressão do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende é uma curiosa e significativa manifestação do interesse da corte por assuntos literários, o mesmo podendo dizer-se da *Crónica do Imperador Clarimundo* do moço João de Barros, em 1520. No entanto, antes de 1536 a impressão de livros é escassa e como que excepcional.

Os volumes acima indicados destinam-se a um público selecto, predominantemente cortesão, o único, aliás, com acesso ao objecto caro e raro que era, nesta data, o livro impresso. Mas desde cedo se imprimem também pequenos folhetos com obras destinadas a mais larga difusão. É o caso do *Auto da Barca do Inferno* de Gil Vicente, impresso cerca de 1518, e de outras obras que constituem a chamada «literatura de cordel», cujos exemplares se vendiam nas ruas.

Como iniciadores dos Descobrimentos marítimos, os Portugueses tiveram um grande papel no Renascimento. As viagens ao largo da costa africana exigiam numerosos aperfeiçoamentos, adaptações e invenções técnicas. O astrolábio, instrumento utilizado pelos astrólogos, foi adaptado à determinação das longitudes no alto mar. O conhecimento dos ventos e das correntes marítimas contribuiu muito para a determinação da rota que permitiu dobrar o cabo da Boa Esperança. As embarcações utilizadas na navegação à vista da costa tiveram de ser modificadas para as longas viagens através dos oceanos. A cartografia registou novas terras. Para lá do equador os navegadores encontravam estrelas desconhecidas, e por elas tiveram de regular a navegação. Todo este caudal de conhecimentos e toda a tradição técnica acumulada em poucas dezenas de anos, assim como a confiança que elas inspiravam, possibilitaram um empreendimento como a viagem

de circum-navegação levada a cabo por Fernão de Magalhães em 1521 — porventura o mais importante acontecimento científico do século.

A experiência naval transoceânica levantou dúvidas crescentes sobre muitas concepções antigas de transmissão literária. Duarte Pacheco Pereira, que entre 1505 e 1508 registou a sua experiência de navegador no *Esmeraldo de Situ Orbis*, afirma que «a experiência é a mãe de todas as coisas», e em nome dela rejeita muitas crenças herdadas da Antiguidade. D. João de Castro nos seus *Roteiro de Lisboa a Goa* (referente a uma viagem de 1538) e *Roteiro do Mar Roxo* anota experiências realizadas com verdadeiro rigor científico para pôr à prova teorias do Dr. Pedro Nunes, o grande astrónomo da corte. Este, por sua vez, embora de formação universitária, está inteiramente ligado à prática náutica, para a qual escreve «regimentos», e que lhe permite criticar, em nome da experiência, doutrinas geralmente aceites.

Esta atitude comunica-se a outros ramos. Garcia de Orta, de origem hebraica (foi processado postumamente, e os seus ossos queimados pela Inquisição), e amigo de Camões, dedica-se ao estudo da farmacopeia oriental em *Diálogos dos Simples e Drogas* (1563), que despertaram enorme curiosidade europeia, como atestam numerosas traduções totais (4 trad. latinas em Antuérpia entre 1567-93, cujo texto serviu de base a três italianas de 1576 a 1615 e a duas francesas de 1602-19, fora as traduções e incorporações parciais). Amato Lusitano aplica largamente à medicina a atitude de observação experimental.

Como é natural, tal critério de apreciação empírica e prática incide sobre domínios limitados. Por qualquer razão, não se deu em Portugal a generalização e sistematização desta atitude empirista como método científico aplicável a outras disciplinas. Assistiremos, pelo contrário, a um renovo da Escolástica. Analogamente, descobertas como a de novas faunas e flores, formas de civilização, etc., não chegaram a transformar pela raiz a mundividência tradicional. Foi pouco a pouco e nas regiões social e economicamente mais adiantadas da Europa que tal transformação se operou. Algumas marcas importantes deixou todavia na nossa literatura a experiência das descobertas, como veremos.

Outro aspecto a considerar no Renascimento português é a influência do Humanismo. O Humanismo filológico e erudito inspirou dicionários e gramáticas do latim clássico (Estêvão Cavaleiro, 1516, Jerónimo Cardoso, 1570); comentários filológicos, edições críticas de clássicos latinos (Martinho de Figueiredo, Aquiles Estaço); a latinização, sobretudo lexical e sintáctica, da língua literária (Barros, Camões, etc.); o uso do latim, e mais escassamente do grego, em discursos, cartas, obras de apologia nacional ou de panegírico dos grandes (André de Resende, Góis, Jerónimo Osório), todo um conjunto de poesias em latim, sobretudo bucólicas (Henrique Caiado, Jorge Coelho, as irmãs Sigeas, Joana Vaz, e outros incluídos no *Corpus Illustrium poetarum lusitanorum qui latine scripserunt*, editado pelos padres António dos Reis e Manuel Monteiro em 1745-48). É também por influência humanista que se fazem as primeiras gramáticas portuguesas, acom-

panhadas de uma exaltação do idioma pátrio. Tem a primazia um homem com uma vida mirabolante, que foi mestre universitário, agente diplomático e técnico naval, Fernão de Oliveira, 1536, seguido por João de Barros, 1540, e pelas «Ortografias» de Magalhães Gândavo, 1562 (reimp. fac-similada, Bib. Nac., 1981) e Duarte Nunes do Leão, 1576 (reed. 1784, 1864 e 1983).

Mas a influência do Humanismo não se limitou a estas manifestações eruditas. Veremos que a leitura de Erasmo se faz sentir muito em João de Barros e talvez em Gil Vicente. O erasmismo, protegido na corte de Carlos V, parece ter-se propagado à corte portuguesa: a rainha D. Catarina, irmã daquele imperador, possui livros do humanista de Roterdão, que em 1533 foi convidado pelo rei a vir ensinar em Portugal. Nesse mesmo ano André de Resende publica um enérgico *Encomium Erasmi* em verso, que Aires Barbosa tentou rebater noutro poema latino, *Antimoria* (1536). É erasmista convicto um dos professores convidados quando da transferência da universidade para Coimbra, João Fernandes, que ainda em 1546 publica uma edição dos *Adágios* adaptada às suas aulas de Retórica. Veremos também que em Sá de Miranda e no seu círculo se manifestam tendências como o culto do texto bíblico, além de críticas às tendências sociais prevalentes; e que António Ferreira é o porta-voz de alguns ideais característicos dos Humanistas, como o da superioridade do saber sobre o sangue e a riqueza.

O Humanismo como impulso criador e crítico anima, pode dizer-se, a primeira metade do século XVI e atinge o seu apogeu pouco antes de 1550 com o Colégio Real das Artes e o magistério dos humanistas a ele ligados, incluindo as representações académicas de teatro clássico. Neste meio ou perto dele se formam algumas personalidades que virão a revelar-se na segunda metade do século, como Camões, António Ferreira, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Heitor Pinto. Mas entre as duas metades o contraste é flagrante: ao optimismo, confiança e audácia dos que escreveram cerca de 1540 corresponde o sentimento de crise — assumindo às vezes formas pungentes — dos homens que escrevem cerca de 1570; e o retraimento, produto da prudência, do desânimo, por parte dos que se lhes seguem.

A Contra-Reforma e a união com a Espanha. — Cerca de 1550 ocorrem, com efeito, alguns acontecimentos decisivos, que coincidem com a crise geral atrás aludida. Em 1547 é definitivamente estabelecida a Inquisição em Portugal, após esforços que datavam de 1531. Naquele mesmo ano sai o primeiro rol de livros proibidos, sucessivamente acrescentado em 1551, 1561, 1564, 1581, 1624. Em 1550 o grupo de professores trazido a Portugal por André de Gouveia (já falecido em 48) é posto à margem após um processo movido por inimigos do Colégio. Em 1555 o rei entrega este colégio, rebaptizado como Colégio das Artes, à Companhia de Jesus, que então dominava os Estudos Menores (hoje diríamos *secundários*) em Lisboa e Évora, e que no mesmo ano funda uma universidade sua nesta última cidade. A partir de 1557, ano da morte de D. João III, a principal personagem do reino é o cardeal-infante D. Henrique, inquisidor-geral,

que alterna a regência com a rainha-viúva. Em 1564 as decisões do concílio de Trento são promulgadas em Portugal sem restrições, caso único entre os reinos da Europa ocidental. Desde cerca de 1550 foram silenciados mesmo os mais estrénuos erasmistas, como André de Resende, Damião de Góis e Diogo de Teive, e por 1580 está extinta a geração dos letrados e *gramáticos* antiescolásticos que tinham campeado por altura das grandes reformas escolares do início do reinado de D. João III. Mesmo Heitor Pinto, que tão bem conhece os clássicos, preconiza em 1572 a subordinação das belas-artes à obra pia de salvar as almas.

Entre os autores proibidos ou amputados pela Censura contam-se Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, João de Barros, Jorge Ferreira de Vasconcelos, Jorge de Montemor, António Ferreira. Nenhum livro podia sair, na segunda metade do século XVI, sem três licenças: a do Santo Ofício, a do Ordinário eclesiástico na diocese respectiva e a do Paço. O relator do Santo Ofício examinava o livro em manuscrito e obrigava o autor a alterá-lo, amputá-lo ou acrescentá-lo, antes de lhe conceder a fórmula «nada contém contra a nossa Santa Fé e bons costumes». E, assim, desde a segunda metade do século XVI até à reforma pombalina da Censura não podemos afirmar que conhecemos o texto original de uma obra impressa, mas somente um texto ao qual os censores anuíram. A impressão, a venda, a herança e a entrada de livros vindos do estrangeiro estavam sujeitas a apertada vigilância, incluindo inspecções domiciliárias, declarações periódicas obrigatórias e as mais graves penalidades, com recompensa de denúncias secretas à custa dos bens confiscados.

Aos efeitos da Contra-Reforma vieram juntar-se, a partir de 1581, os da união com Espanha. Do primeiro resultou, como apontámos, murcharem as promessas do Humanismo. O segundo teve como consequência o desaparecimento da corte de Lisboa, único foco literário estimulante do País. Os homens de letras e artistas, que até então viviam sobretudo da munificência régia, procuraram a protecção da corte de Madrid, ou acolheram-se ao mecenato das maiores casas senhoriais, como as dos condes de Vila Real e dos duques de Bragança. Outros viveram à sombra das ordens religiosas a que pertenciam, tratando uma temática predominantemente devota. O teatro, o grande género das cortes monárquicas do séc. XVII, decaiu após as criações de Gil Vicente e António Ferreira. Na lírica e na épica os padrões renascentistas mal se renovaram. Na prosa, o primeiro plano da cena é ocupado pelos cronistas das diversas ordens religiosas, quer se ocupem da história do Reino, quer da dos conventos e santos respectivos. Tirante os discípulos dos quincentistas refugiados em várias «cortes na aldeia», o clero ganha posição predominante na produção literária.

A Universidade de Coimbra, que se tornou um dos principais focos da neo-escolástica no império espanhol e nos restantes países da Contra-Reforma, é dominada pelos Jesuítas, embora as outras principais ordens religiosas tenham acesso às suas cátedras. O jesuíta Pedro da Fonseca (1528-1599), que foi provincial de Portugal, ensinou ali a Lógica dentro deste espírito. Francisco Suarez

(1548-1617), jesuíta espanhol, teve em Coimbra a cátedra donde irradiou o seu famoso magistério, especialmente importante na filosofia do Direito. Durante o século XVII atinge o seu apogeu a «escola conimbricense», que é uma tentativa para adaptar a Escolástica e o Aristóteles dos Escolásticos à problemática mais recente. Contam-se entre estes conimbricenses Baltasar do Amaral, Baltasar Teles, Francisco Soares (dito Lusitano, para se não confundir com o seu homónimo espanhol atrás citado), Inácio de Carvalho. A universidade jesuíta de Évora é outro foco importante de Teologia escolástica, e nela se distinguiu o espanhol Luís de Molina (1536-1624), autor de uma célebre teoria que visava conciliar a teoria da Graça com a do livre arbitrio — teoria que encontrou forte oposição por parte dos Dominicanos.

O ensino universitário jesuíta, de início razoavelmente actualizado e eficiente, decai à medida que se aproxima e avança o século XVII, convertendo-se os tratados universitários em manuais, e estes em *postillas* sem autoria responsável, equivalentes às *sebentas* no nosso tempo.

Além do ensino universitário, os Jesuítas dominam, em geral, com os seus colégios de Artes, os Estudos Menores, ou preparatórios, em toda a extensão do império da Casa da Áustria, através de numerosas escolas onde se educam tanto a aristocracia de sangue como a burguesia. Nesses colégios, entre os quais se destacam o Colégio das Artes de Coimbra e o de S.^{ta} Antão de Lisboa, além de noções de Matemática e Geometria necessárias à construção ou manobra naval, à vida militar, etc., ministra-se principalmente uma cultura geral que, embora adoptando as formas da erudição humanística, era escolástica na sua inspiração mais profunda. A *Ratio Studiorum*, regulamento pedagógico de todas as escolas Jesuítas (1599), tem em vista desenvolver a expressão oral e escrita em latim, a capacidade de disputa e de exibição literária em público, através de sabatinas, concursos de emulação escolar, récitas, representações teatrais, proscrevendo expressamente todo o magistério ou prática escolar que favoreça a curiosidade intelectual, o gosto da novidade, o espírito crítico. Aristóteles, base de todo o ensino, deve ser interpretado segundo os comentadores consagrados, especialmente S. Tomás.

Diferentemente do que sucede em Espanha, o papel cultural das outras ordens religiosas é em Portugal nesta época modesto em comparação com a dos Jesuítas. Devem-se no entanto aos Cistercienses de Alcobça, aos Dominicanos, aos Franciscanos e a outros, numerosas hagiografias, histórias monásticas, histórias nacionais, que constituem o grosso da produção impressa em língua portuguesa no século XVI.

Deve ter-se bem presente que sob o governo dos Filipes são, mais do que nunca, bilingues não só os autores como o público português. Um exemplo de como os autores espanhóis se dirigiam aos portugueses é o panegírico de Lisboa com que abre *El Burlador de Sevilla* de Tirso de Molina. Significativo é também que o *Quijote* de Cervantes tenha duas edições em Lisboa no próprio ano da sua primeira edição; e que a primeira edição do *Guzmán de Alfarache*, 2.^a parte,

de Mateo Alemán, seja igualmente lisboeta. Esboça-se desta forma uma tendência a dar ao castelhano, língua geral da Península, preponderância no teatro e nos géneros de grande circulação, como o romance, ficando o português reduzido à condição de língua regional. Tendência passageira, resultante como vimos da ausência de uma corte régia em Lisboa, e que pode ter contribuído para a decadência ou falta de continuidade do romance e do teatro em língua portuguesa.

A literatura castelhana desta época sofre também, mas, pelas razões já apontadas, com muito menor intensidade, a influência da Contra-Reforma. Apresenta numerosas sobrevivências medievais, a que a Contra-Reforma, o esplendor da corte espanhola e o gosto de que se rodeiam os «grandes» de Espanha dão por vezes vida nova e maior brilho: a neo-escolástica tomista nas universidades; a expressão analógica e alegórica; o gosto do espectacular; o culto das imagens; o auto sacramental no teatro; a literatura ascética e mística (Frei Luís de Granada, que viveu em Portugal e cá produziu uma parte importante da sua obra; S.^{ta} Teresa de Ávila, S. João da Cruz, Frei Luís de Leão). Um sentimento de frustração, de instabilidade e de desequilíbrio, os violentos contrastes de grandeza e miséria, os desastres da guerra parecem traduzir-se esteticamente pelo exagero patético; pelo arroubo místico e pela maceração ascética; pela oposição entre a sublimidade da alma e o grotesco do corpo, entre o cavaleiresco e o pícaro; por um misto de bizzaria fidalga e de pitoresco folclórico; pela obsessão do irracional; pela pesquisa dos recessos da alma, pela evasão para o inefável, pela sugestão do inapreensível, subtil e fugidio. Estas tendências diversamente combinadas conforme as conjunturas gerais, os meios, os autores e as artes, assinalam a versão espanhola do trânsito do Maneirismo ao Barroco. Encontramo-las, de modo cambiante, em Cervantes, que deu no *Quijote* o melhor símbolo ou paradigma do atraso feudal da Espanha; Lope de Vega, que exaltou o «ponto de honra» juntamente com uma ideal monarquia; Luís de Góngora, criador de uma poesia em que a sugestão por imagens e pelo ritmo quase anula a expressão discursiva; Mateo Alemán, que no *Guzmán de Alfarache* produziu o principal momento da novela picaresca, a qual escarnece a «honra» cavaleiresca, pondo em acção uma espécie de herói negativo, o pícaro.

No meio português, como veremos, o classicismo da Alta Renascença mal bruxuleia por inícios do reinado de D. João III, com alguns rastros mais tardios em João de Barros, António Ferreira, Camões; o Maneirismo, de que só muito recentemente se começou a editar e a identificar metodicamente a autoria de muita produção poética dispersa, parece acusar a importância acentuada de certa regressão ascética *goticizante*, aliás comum a outras literaturas contemporâneas; quanto ao Barroco, não é também difícil descobrir o germinar de alguns dos seus ingredientes cerca de 1620 e até anteriormente, mas as condições nacionais só propiciaram as suas manifestações mais características pelo final da Restauração e época de D. João V, quando já na França e em Itália se definira um neoclassicismo académico.

BIBLIOGRAFIA

SOBRE O RENASCIMENTO E A CONTRA-REFORMA EM GERAL

- Henri Sée, A. Rébillon, Edmond Préclin, *Le XVI^e Siècle (Renaissance, Réforme, Guerres de Religion)*, col. «Clio», Presses Universitaires, Paris.
- G. R. Elton, *A Europa durante a Reforma (1517-1559)*, trad. port., Presença, 1982.
- Bartolomé Bennassar / Jean Jacquart, *Le XVI^e Siècle*, 3.^a ed., 1977, Colin, Paris.
- Robert F. Arnold, *Cultura del Renacimiento*, col. «Labor», Barcelona.
- E. Garin, *O Renascimento, história de uma revolução cultural*, trad. port., Telos, Porto, 1972.
- Alfred von Martin, *Sociologia del Renacimiento*, trad. esp., «Colección Popular», Fondo de Cultura Económica, México, 4.^a ed., 1970.
- Ed. Préclin, *Le XVII^e Siècle*, col. «Clio», Presses Universitaires, Paris.
- François Lebrun, *Le XVII^e Siècle*, 4.^a ed., 1977, Colin, Paris.
- F. Braudel, *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, 3.^a ed., Colin, Paris, 2 vols., 1976 (trad. port., Dom Quixote, Lisboa, 2 vols., 1983-84. Obra fundamental).
- P. Chaunu, *Église, Culture et Société, Réforme et Contre-Réforme (1512-1620)*, Sedes, 1981.
- Jean Delumeau, *La Civilisation de la Renaissance*, Paris, 1967, trad. port. vols. I e II, Estampa, 1983.
- Marcel Bataillon, *Erasmus y España*, 2 vols., México, 1950, reed. 1966, Fondo de Cultura Económica.
- José Vitorino de Pina Martins, *Cultura Italiana*, ed. Verbo, Lisboa, 1971; e *Sobre o Conceito de Humanismo e alguns aspectos histórico-literários da cultura renascentista*, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. 2, 1970.
- Giuseppe Toffanin, *Storia dell'Umanesimo*, 3 vols., Bolonha, 1950.
- D. Ménager, *Introduction à la vie littéraire du XVI^e siècle*, Bordas, Paris, 1968.
- Sobre o império habsburgo: J. H. Elliot, *Imperial Spain (1469-1716)*, Pelican Books, 1970; J. Lynch, *Spain under the Habsburgs*, 2 vols., Oxford, 1964-69; Manuel Fernández Álvarez, *La Sociedad Española del Renacimiento*, Salamanca, 1970; Afonso Maria Guilarte, *El Régime Señorial en el siglo XVI*, Instituto de Estudios Políticos, Madrid, 1962.
- A teoria típica do Maneirismo, como fase central e dinâmica de um Renascimento em sentido muito amplo, encontra-se em Wylie Sypher, *Four Stages of Renaissance Style (Transformation in Art and Literature: 1400-1700)*, Nova Iorque, 1955; a sua integração histórico-social pode ver-se em Arnold Hauser, *História Social da Arte e da Cultura*, 1.^o vol., trad. port., 1950; indicações bibliográficas e críticas em Pierre Missac, *Le Maniérisme existe-t-il?*, revista *Critique*, XX, 209, Outubro de 1964; Jorge de Sena propõe uma tal periodização para a literatura renascentista

portuguesa em vários artigos, nomeadamente em *Maneirismo e Barroco na Poesia Portuguesa dos séculos XVI e XVII*, sep. da *Luso-Brazilian Review*, 1965.

Vítor M. Pires de Aguiar e Silva, *Para uma Interpretação do Classicismo*, in *Revista de História Literária de Portugal*, ano I, vol. I, pp. 1-156, Coimbra, 1962; *Teoria da Literatura*, 5.^a ed. aum., vol. I, Coimbra, 1984.

Traduções mais acessíveis de obras capitais do Renascimento: da *Utopia* de Morus, do *Elogio da Loucura* de Erasmo, da *Cidade do Sol* de Campanella e do *Príncipe* de Maquiavel na «Coleção de Filosofia e Ensaio», Lisboa; dos dois primeiros na «Coleção Cosmos»; do primeiro na coleção *ib*, Europa-América. O «Fundo de Cultura Económica» editou *Utopias del Renacimiento* (Morus, Campanella e Francisco Bacon), 2.^a ed., 1956.

SOBRE O RENASCIMENTO E A CONTRA-REFORMA EM PORTUGAL

História de Portugal, Barcelos, vol. V, pp. 475 e segs., espec. cap. sobre «Instituições de Cultura» do Prof. Joaquim de Carvalho, pp. 555 e segs. Ainda deste autor, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa do século XVI*, vol. II, Coimbra, 1948. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, 1.^o vol., 2.^a ed., 1975. A. M. Hespanha, *Hist. das Instituições*, Coimbra, 1982. Conde de Ficalho, *Garcia de Orta e o seu tempo*, Lisboa, 1886, reprod. fac-similada, IN-CM, 1983. *L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Actes du XXI Colloque International d'Études Humanistes, F. C. Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1984.

Armando de Castro, *Os principais factores económicos que plasmaram a sociedade da época de Gil Vicente*, in *Vértice*, XXV, n.º 264-266, Set. a Nov. 1965. (Bom artigo de síntese.) Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaíos*, I e II, 1968, e *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, Ed. Presença, Lisboa, 4 vols., 1981-83; *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 4.^a ed., Lisboa, 1980. Charles R. Boxer, *O Império Colonial Português (1415-1825)*, trad. port., Ed. 70, 2.^a ed., 1981. Frédéric Mauro, *Études Économiques sur l'Expansion Portugaise: 1500-1900*, F. C. Gulbenkian, Paris, 1970. A. José Saraiva, *História da Cultura em Portugal*, vols. II e III. A. da Costa Ramalho, *Estudos sobre o século XVI*, F. C. Gulbenkian, Paris, 1980, com especial e importante incidência sobre Cataldo Sículo, André Falcão de Resende, irradiação e influências literárias do Humanismo em Portugal, obra posteriormente completada por outros estudos do autor, entre eles *A Introdução do Humanismo Portugal*, in *Humanitas*, 23-24, 1972, pp. 455 e segs., *Notas de Investigação*, ibidem, pp. 473 e segs., e *Alguns aspectos da introdução do Humanismo em Portugal*, Coimbra, 1979. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas Damas*, Porto, 1902. Marcel Bataillon, *Études sur le Portugal au temps de l'Humanisme*, Coimbra, 1952, reed. F. C. Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1974. Gonçalves Cerejeira, *Clenardo e a Sociedade Portuguesa do seu tempo*, 4.^a ed., 2 vols., Coimbra (1974-75). Eugenio Asensio, Prólogo à sua edição da *Comédia Eufrosina*, Madrid, 1951. I. S. Révah, *La Censure inquisitoriale portugaise au XVI^e siècle*, vol. I, Lisboa, 1960. Luís de Matos, *Sobre António Gouveia e a sua obra*, in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, 7, n.º 4, Out.-Dez. 1966. Theda van Royen, *Contributo para a revisão do conceito de Erasmismo e a sua influência na literatura portuguesa do século XVI com base na «Rópica Pnema» de João de Barros*,